

1º DE MAIO - UM DIA DE LUTA EM QUE O SINDADOS/MG SE FEZ PRESENTE



O dia 1º de maio, Dia Internacional do Trabalhador, é sempre marcado pelo encontro de trabalhadores brasileiros de norte a sul, leste a oeste deste Brasil. Cada categoria traz suas reivindicações específicas estampadas em faixas; e reivindicações gerais são pauta de unidade, que unem todos num grande encontro nacional.

Este ano, a pauta principal de solidariedade que uniu todos os trabalhadores foi o fim da escala 6X1. O SINDADOS/MG estava lá, junto com vários trabalhadores da categoria, defendendo o fim da escala 6X1, ainda que na nossa categoria já esteja regulamentada a jornada de 40 horas semanais. Afinal de contas, é muita desumanidade, muita exploração, trabalhar jornada tão extenuante como acontece na escala 6X1.

Na pauta específica da categoria fomos à rua defender o FIM DA PRIVATIZAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS ATRAVÉS DA TERCEIRIZAÇÃO SEM LIMITES; e a REINTEGRAÇÃO DOS TRABALHADORES DEMITIDOS DA DATAPREV.

Apenas resgatando, em plena pandemia da COVID, final de 2019, a diretoria da DATAPREV decidiu fechar 20 regionais e demitir quase 500 trabalhadores, num ato de completa desumanidade, deixando no desemprego e sem assistência à saúde, em plena pandemia, estes trabalhadores. De lá para cá tem sido luta em busca da anistia e reintegração. Recentemente, em mais um ato repudiado pelos trabalhadores e suas representações, a Empresa tomou a decisão de demitir sumariamente 92 trabalhadores. O ato do 1º de maio foi um momento de denúncia destas decisões arbitrárias contra os trabalhadores da DATAPREV.

Abaixo o depoimento de uma trabalhadora DATAPREV, que está na luta pela reintegração, demitida em 2019:

Prezados (as) colegas. Me chamo Maria Auxiliadora Santos Menezes Pinto. Dataprev Belo Horizonte – MG: Sou surda, portadora deficiente auditiva. Em 08 de janeiro de 2020, fomos surpreendidos pela empresa através de e-mail com a informação de que 20 Regionais da Dataprev seriam fechadas e, com isso, a demissão de todos os colegas. Eu manifestei em não sair, mas, infelizmente sem sucesso. Estávamos no ápice da pandemia da Covid, em lockdown, impossibilitados de transferências para o Rio de Janeiro. Tentamos cessão sem sucesso, também devido a pandemia. Por isso, sem ter alternativa, fui coagida a assinar o PAQ. Fui desligada da Empresa e, no ápice da pandemia, ficamos também sem plano de saúde. Uma situação muito ruim para todos nós, pois, da noite para o dia fiquei sem emprego e plano de saúde. Estamos tentando ser reintegrados à Dataprev. E se Deus quiser seremos Anistiados.

1º DE MAIO - UM DIA DE LUTA EM QUE O SINDADOS/MG SE FEZ PRESENTE



ASSEMBLEIA NACIONAL SERPRO APONTA O DIA 22/05 COMO MAIS UM DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES



Com participação superior a 700 trabalhadores, aconteceu, no último dia 06/05, a Assembleia Nacional SERPRO. Precisa melhorar em quantidade este encontro nacional? Precisa. Afinal de contas, a direção da Empresa conseguiu autorização (pelos órgãos controladores) para aumentar seu próprio salário em 15%, rapidinho, sem burocracia. Contudo, para os trabalhadores, o argumento veiculado no interior da Empresa é de contenção de gastos e piora no plano de saúde. Entregamos nossa Pauta de Reivindicações em março e até agora, nada.

Se para a direção da Empresa pode o reajuste de 15%, para os trabalhadores deverá poder a correção da inflação do período acrescida de 5% de aumento real. Para isto acontecer teremos de nos movimentar, nos mobilizar e se for o caso, parar o SERPRO.

Causa muita indignação ver os números bilionários da Empresa, tal como está divulgado oficialmente e foi resgatado na assembleia nacional, saber da autorização de reajuste de 15% para os salários da diretoria e ver que para os trabalhadores sempre são obstáculos apresentados. Que a diretoria tenha seu reajuste, todavia, os trabalhadores também precisam e a

pauta de reivindicações expressa uma necessidade.

Dia 22/05/2025 é Dia Nacional de Luta e neste dia a ideia é que façamos um encontro da porta da Empresa. O plano é tomarmos um café juntos e enquanto matamos a saudade dos amigos, neste encontro, mandamos para o SERPRO o recado de que precisam tomar juízo e apresentar uma proposta às nossas reivindicações.

O SINDADOS/MG cuidará do café e estará na porta do SERPRO esperando todos os trabalhadores. Na semana seguinte haverá mesa de negociação. Nossa força está na nossa união, em mobilizar e mostrar para a Empresa que ela precisa ter uma atitude mais responsável e valorizar seu corpo funcional.

NEGOCIAÇÃO JÁ!

**UNIR TODOS OS TRABALHADORES EM DEFESA DAS NOSSAS REIVINDICAÇÕES!
POR UM DIA 22/05 DE LUTA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SERPRO!**

CASO CELEPAR: PRIVATIZAÇÃO, VIOLAÇÃO DE DADOS E FALTA DE TRANSPARÊNCIA



Firmado sem licitação, entre o governo do Paraná e a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC) do Mato Grosso do Sul, um contrato de R\$ 38 milhões está no centro de uma crise envolvendo supostas violações à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o esvaziamento da CELEPAR, empresa pública de tecnologia da informação do estado. O caso, investigado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), mobiliza oposição política, servidores e críticos das privatizações no Paraná.

A justificativa para dispensar a licitação — “notória especialização” da Fundação — foi rebatida pelo Comitê de Trabalhadores da CELEPAR, que destacou os 60 anos de experiência da empresa pública em tecnologia e soluções digitais para o setor público. A oposição na Assembleia Legislativa, liderada pelo deputado Arilson Chiorato (PT), apresentou um projeto para anular o acesso da FAPEC aos dados estaduais, classificando-o como “risco à privacidade da população” e violação da LGPD.

Funcionários da CELEPAR alertam que estruturas como o LAB.PR e o Centro Integrado de Gestão, criadas no âmbito da Casa Civil, concentram funções históricas da empresa pública,

acelerando seu esvaziamento. Em novembro de 2023, a Assembleia aprovou a privatização da CELEPAR sob a justificativa de cortes de gastos, mesmo que estudos demonstrem que privatizações costumam gerar custos maiores que a manutenção de empresas estatais.

A FAPEC já possuía histórico de parcerias com o Paraná: um convênio de R\$ 58,3 milhões com a Secretaria de Educação (SEED), assinado em 2022, pelo então secretário Renato Feder (atual titular da pasta em São Paulo), teve R\$ 42,6 milhões pagos até outubro de 2024. A sobreposição de contratos sem licitação reforça críticas de que gestões como as de Ratinho Jr. e Tarcísio de Freitas (SP) convertem secretarias em “balcões de negócios” para grupos privados, desviando recursos de serviços públicos.

A LGPD, que regula o tratamento de informações pessoais, não impediu que o governo paranaense omitisse detalhes sobre o acesso da FAPEC a dados sensíveis (saúde, segurança, educação). A falta de transparência expõe a vulnerabilidade de cidadãos, cujos dados são coletados de forma compulsória e podem servir a interesses privados. Para críticos, a gestão Ratinho Jr. não apenas viola a privacidade, mas também aprofunda a dominação do sistema financeiro sobre informações estratégicas, facilitando a acumulação de capital em detrimento de direitos sociais.

O caso ilustra um padrão de privatizações marcado por irregularidades, conflitos de interesse e transferência de ativos públicos a entidades privadas, muitas vezes sem controle social. Enquanto o TCE investiga o contrato, a sociedade paranaense permanece sem respostas sobre quem de fato gerencia seus dados e a que interesses esses recursos estão submetidos.

INFORME DE DISTRIBUIÇÃO DE AÇÃO



O SINDADOS/MG ajuizou uma Ação de Cumprimento contra as empresas SS TELEMATICA E SERVICOS LTDA e MODAXO BRASIL TECNOLOGIA LTDA – EMPRESA 1 no dia 28/04/2025, cuja Audiência Inicial ocorrerá no próximo dia 26/05/2025, às 08h25min.

Nesta Ação, o Sindicato está cobrando o cumprimento de sua Convenção Coletiva de Trabalho em relação ao Reajuste e piso salarial, PLR, adicional de horas extras e utilização incorreta do banco de horas.

Como ocorre com todas as ações judiciais, não é possível prever o tempo de sua conclusão, em razão dos inúmeros recursos que se encontram à disposição das partes na legislação processual vigente e da própria morosidade da Justiça.

AGENDA DE AUDIÊNCIAS

Partes		Processo	Audiência		
Reclamante	Reclamado	Numeração	Data	Horário	Local
Sindados MG	BB Tecnologia	0010421-37.2019.5.03.0014	07/05/2025	15:30	Videoconferência
Sindados MG	S P Data Serv.	0010321-18.2025.5.03.0032	12/05/2025	08:45	Videoconferência
Sindados MG	Vela Software	0011196-67.2024.5.03.0017	12/05/2025	10:10	Videoconferência
Sindados MG	SS Telemática e Serviços Ltda.	0010395-08.2025.5.03.0021	26/05/2025	08:25	Videoconferência
Sindados MG	Solusoft Informática	0010272-12.2025.5.03.0182	27/05/2025	08:05	Videoconferência
Sindados MG	Betel Tecnologia	0010182-14.2025.5.03.0017	03/06/2025	10:00	Videoconferência
Sindados MG	Extreme Digital	0010157-46.2025.5.03.0002	02/07/2025	08:05	Videoconferência
Sindados MG	AEC Consulting	0010157-97.2025.5.03.0179	17/07/2025	08:05	Videoconferência
Sindados MG	Sympla Internet	0010348-04.2024.5.03.0010	06/08/2025	09:30	Videoconferência

VOCÊ SABIA?

A NR 1 FOI ATUALIZADA PARA INCLUIR A GESTÃO DE RISCOS PSICOSSOCIAIS



A Norma Regulamentadora número 1 (NR1) foi alterada. A atualização da NR-1 traz a inclusão explícita dos riscos psicossociais no Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO). O Sindicato está estudando as mudanças para orientar a categoria.

A NR-1 é a Norma Regulamentadora que estabelece as diretrizes gerais para a segurança e saúde no trabalho no Brasil. Ela define as responsabilidades de empregadores e empregados, e serve de base para as demais Normas Regulamentadoras.

Recentemente a NR 1 foi atualizada para incluir a gestão de riscos psicossociais, como estresse, assédio e burnout, no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). Isso implica em uma gestão mais ampla da saúde ocupacional, exigindo ações integradas que vão desde o apoio psicológico permanente até políticas humanizadas e programas de capacitação.

As mudanças também reforçam a conexão com a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT), reconhecendo

oficialmente transtornos como depressão, ansiedade e burnout como condições laborais.

A nova norma exige que as empresas avaliem e gerenciem os riscos psicossociais no ambiente de trabalho, incluindo fatores como assédio moral e sexual, má gestão de mudanças e falta de suporte, entre outros.

A NR 1 entra em vigor em 26 de maio de 2025 e as empresas terão um ano para se adequarem às novas exigências nela contidas. Até lá, a aplicação de multas está adiada.

Os trabalhadores devem estar atentos e se preparar para exigir o cumprimento da norma. O Sindicato estará junto com os trabalhadores em defesa da saúde e segurança no local de trabalho.